



ISSN: 2230-9926

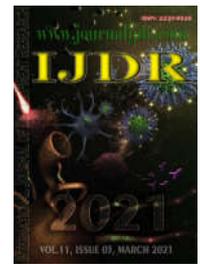
Available online at <http://www.journalijdr.com>

# IJDR

International Journal of Development Research

Vol. 11, Issue, 03, pp. 45804-45808, March, 2021

<https://doi.org/10.37118/ijdr.21503.03.2021>



RESEARCH ARTICLE

OPEN ACCESS

## UM OLHAR SOBRE AS RELAÇÕES DE GÊNERO A PARTIR DE DOIS MODELOS DE ORGANIZAÇÃO DE TRABALHO RURAL

\*Rodrigo Duarte Faccin

Universidade Federal de Santa Maria

### ARTICLE INFO

#### Article History:

Received 12<sup>th</sup> January, 2021  
Received in revised form  
19<sup>th</sup> January, 2021  
Accepted 27<sup>th</sup> February, 2021  
Published online 30<sup>th</sup> March, 2021

#### Key Words:

Digital culture; Machine man;  
Mediation; Interaction.

\*Corresponding author: **Rodrigo Duarte Faccin**  
[rodrigo-faccin@hotmail.com](mailto:rodrigo-faccin@hotmail.com)

### ABSTRACT

Frente da situação de invisibilidade das mulheres no contexto rural brasileiro, o presente artigo procura compreender esta realidade de trabalho feminino e como se configuram as relações de gênero no cotidiano a partir de um estudo de caso em um assentamento rural. A escolha do local de estudo foi definida pela presença de dois modelos de organização do trabalho no referido assentamento rural, (1) individual e (2) coletivo, sendo que no primeiro grupo as terras são utilizadas individualmente por cada família através do modelo de produção agrícola de agricultura familiar, já no segundo grupo as famílias utilizam um sistema de produção coletiva da terra a partir de uma cooperativa. Em termos metodológicos foi realizado um estudo de caso, buscando examinar as percepções das mulheres sobre o trabalho a partir de entrevistas com oito agricultoras e da observação. Os resultados puderam mostrar uma realidade em que as mulheres estão inseridas, ficando visível que os dois modelos de organização do trabalho sustentam desigualdades, sustentadas a partir de uma naturalização da divisão do trabalho entre homens e mulheres.

Copyright © 2021, **Rodrigo Duarte Faccin**. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citation: **Rodrigo Duarte Faccin, 2021**. "Um olhar sobre as relações de gênero a partir de dois modelos de organização de trabalho rural", *International Journal of Development Research*, 11, (04), 45804-45808.

## INTRODUÇÃO

Baseado em uma profunda divisão de tarefas entre homens e mulheres, o trabalho familiar é elemento central da reprodução camponesa, estando culturalmente e socialmente determinadas as atividades próprias para cada membro da família, situação que estabelece a invisibilidade do trabalho feminino. Herédia (2006, p. 4) chama a atenção para os estudos que assinalaram as desigualdades de gênero no meio rural, em que identificaram que o chamado "trabalho invisível" é uma das causas que favorece este cenário de desigualdade, visto que "[...] esse trabalho invisível é em geral identificado com as tarefas do lar, enquanto as atividades realizadas pelos homens se restringem ao trabalho fora da casa". Para Esmeraldo (2008), a opressão e a situação de desigualdade da mulher rural se dão através de duas esferas, primeiro, no interior da unidade familiar, em que a mulher é restrita ao mundo privado; e o segundo aspecto, em que retrata o mundo político, público e produtivo, onde se inviabilizam as atividades e ações produtivas e políticas da mulher. Além disso, a autora chama a atenção para o fato de que:

Enquanto aos rapazes são destinadas as tarefas de gestão da propriedade, recebendo a transmissão dos saberes agrícolas e administrativos necessários ao processo sucessório, as moças são requisitadas para as atividades ditas produtivas apenas quando estas necessitam do pleno emprego da mão-de-obra familiar (colheita, plantio) (ESMERALDO, 2008, p. 2).

Schwendler (2009) colabora com o debate expondo que a divisão sexual dos papéis sociais, na realidade da agricultura familiar camponesa, não se configura apenas com o trabalho, mas em todo o universo da vida dos agricultores e agricultoras, sendo representadas em diversos espaços sociais, como o de lazer, da religião, da escola, das lutas sociais. Scheffler (2008, p. 7), em pesquisa sobre gênero e gerações na agricultura familiar apresentou que o fato dos "trabalhos realizados pelas mulheres rurais e identificados como 'ajuda', [...] é estratégico no sistema de atividades e, portanto, desmente seu caráter complementar", definição que cria uma hierarquização das posições sociais entre as pessoas da unidade familiar. De acordo com Scheffler (2008, p. 3), as pesquisas sobre gênero aplicadas ao meio rural têm contribuído para evidenciar e denunciar, entre outros aspectos, a subordinação e invisibilidade do trabalho feminino nas atividades reprodutivas e produtivas. De acordo com a autora, "o paradigma dominante na economia" fortalece essas desigualdades duplamente, pois "[...] ignora o trabalho reprodutivo não pago, tornando invisível a maior parte do trabalho feminino e ignora a divisão sexual do trabalho". Paulilo (1987), em análise sobre o trabalho familiar da agricultura familiar, chama a atenção para as concepções sobre trabalho "leve" e trabalho "pesado", mostrando que o entendimento sobre o trabalho ser leve ou ser pesado depende de quem o realiza. De acordo com Wedig e Menasche (2013, p. 150), o estudo de Paulilo, mostra que "as diferentes atividades são valoradas a partir da classificação hierárquica dos membros da família que as executam".

Trabalho “leve” e “pesado” são, portanto, categorias que variam segundo o sexo do trabalhador e as condições de exploração da terra nas várias regiões agrícolas. Invariável é a convicção de que o trabalho feminino é mais barato. Essa constatação é frequente na literatura sociológica sobre a força de trabalho feminina nas cidades: as profissões consideradas femininas tem remuneração sempre inferior à daquelas consideradas masculinas. Mesmo em profissões iguais e cargos iguais, os dois sexos tem remunerações distintas (PAULILO, 1987, p. 67).

Diante do contexto de invisibilidade da participação das mulheres no mundo rural, o presente estudo procurou entender como se organiza o trabalho em um Assentamento da região sul do país, além de compreender a partir da percepção das mulheres a realidade do trabalho feminino e como se configuram as relações de gênero. Um fator importante para escolha deste assentamento como local de estudo foi a presença de dois modelos de organização do trabalho, (1) individual e (2) coletivo, sendo que no primeiro grupo as terras são utilizadas individualmente por cada família através do modelo de produção agrícola de agricultura familiar, já no segundo grupo as famílias utilizam um sistema de produção coletiva da terra a partir de uma Cooperativa. Neste contexto, diferem-se a organicidade do trabalho nos dois grupos de trabalho, ficando visíveis diferenças nas responsabilidades e atribuições assumidas pelas mulheres.

**Aspectos Metodológicos:** Como o objetivo de obtenção de conhecimentos detalhados foi realizado um estudo de caso, em que se buscou recuperar as experiências das mulheres e analisar a percepção delas sobre o trabalho, caracterizando-se como um tipo de pesquisa cujo objetivo é uma unidade que se analisa profundamente. O estudo de caso foi realizado em um assentamento rural, localizado em um município da região sul do estado do Rio Grande do Sul. Para dar continuidade à realização do estudo de caso, foi realizado o procedimento de observação, a partir de uma etapa de “vivência”, período caracterizado com saída a campo, além da realização de entrevistas. A etapa de observação resultou em um grande envolvimento com a área de estudo, com seus sujeitos e seus modos de vida, ocorrendo todos os dias da vivência no local do estudo (totalizando dez dias), incluindo vivenciar diversas atividades, desde rotinas das famílias até atividades agrícolas. Após os primeiros dias de observação e de vivência com as famílias, ocorreu a definição da amostragem da pesquisa, sendo escolhida através do entendimento do que poderia ser mais útil para o estudo. Neste sentido, foram entrevistadas oito agricultoras, sendo que cinco delas estão inseridas no modelo de trabalho individual e três inseridas no modelo de trabalho coletivo. Depois de já ter sido construído uma relação com a agricultura, se buscou realizar a entrevista, sendo feita a partir de pautas semiestruturadas. Durante as entrevistas, o que foi percebido foram falas muito ricas, demonstrando características semelhantes na organização familiar ou nas rotinas de trabalho, porém cada uma com suas peculiaridades, histórias de vida e percepções diferentes.

**Breve caracterização do assentamento estudado:** A caracterização das famílias pertencentes a este assentamento é bem diversificada no assentamento, sendo quase todas elas do tipo nucleares, possuindo a presença de pai, mãe, filhos e filhas. O perfil das famílias se assemelha ao que vem acontecendo em outras regiões de agricultura do sul do país nas últimas décadas, na qual se destaca o processo de redução e envelhecimento da população e também da masculinização da população, através da migração das moças para cidade, bem como da diminuição do número de filhos e filhas por família. Observou-se que, na comunidade estudada, a população é constituída por um número significativo de agricultores e agricultoras em fase de aposentadoria. Além disso, verificou-se a quase ausência de jovens no trabalho agrícola, tornando a sucessão rural um dos principais desafios do assentamento. A escolaridade da maioria das pessoas adultas do assentamento é o ensino fundamental, tendo algumas pessoas com ensino médio e até mesmo uma professora formada. Não foi possível observar uma diferença no nível na escolaridade entre homens e mulheres. A juventude e as crianças possuem um maior nível de escolaridade que os pais, e todas as crianças estão regularmente matriculadas em escolas públicas.

O assentamento está organizado, atualmente, em estrutura de agrovila, onde grande parte das famílias possuem suas moradias próximas uma das outras, sendo que cada moradia compreende um terreno de 20x40m, porém, nem todas as famílias vivem na agrovila, algumas moradias estão localizadas nos lotes individuais das famílias, que se encontram ao redor da agrovila. No centro está o grande lote coletivo de terras, pertencente às famílias que integram a cooperativa.

**A Organização do Trabalho:** Há uma disparidade na organização da produção no assentamento, existindo um modelo individualizado, em que as terras são utilizadas individualmente por cada família, e outro modelo em que é utilizado um sistema de produção coletiva da terra, com famílias utilizando áreas comuns. Das 48 famílias que residem atualmente no assentamento, 13 trabalham de forma coletiva, através de uma cooperativa do ramo de laticínios, e as demais trabalham de forma individual, sob o modo de produção agrícola de agricultura familiar, que, segundo Kunzler (2009), boa parte se dá em base agroecológica. O modelo de cooperação esteve presente desde a chegada das famílias no assentamento estudado, com a terra sendo um recurso de todos, não sendo divididos os lotes de maneira individual. Porém, conflitos e desentendimentos resultaram na ruptura do grande grupo coletivo, com isso, as famílias que se afastaram receberam seus lotes individuais. Foi com o argumento da busca de uma maior estabilidade enquanto agricultores familiares e a construção de melhores condições de sobrevivência, que diversas famílias foram se desligando da cooperativa, em diferentes momentos de sua história. Com isso, atualmente, 35 famílias do assentamento atuam de forma individual, exercendo atividades produtivas variadas. As famílias que continuaram de forma coletiva construíram, ao longo dos anos, uma cooperativa destacada na região. No que se refere aos tipos de produção desenvolvidos pela cooperativa, podemos dizer que na mesma existem dois núcleos: animal, que abrange a criação de abelhas, peixes, suínos, ovinos e bovinos de leite e de corte; e vegetal, na qual são cultivados produtos para alimentação (horta de legumes, verduras e frutas) (ARAUJO, 2009).

A quantidade satisfatória de gado leiteiro permitiu à cooperativa dar atenção especial para a atividade leiteira. Nesse sentido, a cooperativa é responsável pelo armazenamento, pasteurização, embalagem e comercialização de leite, tornando o leite o seu carro-chefe, sendo comercializado no varejo do município, que segundo as interlocutoras é acessado por um consumidor diferenciado, por este ser um leite ecológico. A demanda do leite industrializado varia de dois a três mil litros de leite por semana. Em relação às famílias individuais, foi possível observar que a diversidade nas formas de reprodução social é demonstrada também na qualidade das moradias, no acesso aos bens de consumo, nos aparelhos dentro de casa e nos automóveis, permitindo verificar que a sobrevivência desse grupo é bastante diferenciada, possuindo uma maior disparidade socioeconômica em relação ao grupo coletivo. Grande parte das famílias do modelo individual possui gado para a produção de leite, vendendo a produção para a cooperativa do próprio assentamento, sendo a principal fonte de renda destas famílias. É possível verificar uma disparidade no número do rebanho leiteiro por parte das famílias, variando de cinco a quinze animais. Nos lotes individuais as culturas produzidas são bastante diferenciadas, sobretudo de alimentos essenciais para o autoconsumo das famílias, sendo as sobras desses cultivos destinados à comercialização.

### O trabalho e as relações de gênero: a percepção das mulheres

Para Brumer (1996, p. 96), quando falamos do trabalho da mulher rural, encontramos uma realidade muito peculiar, pois ela é integrante de uma unidade familiar em que “produção e reprodução do patrimônio e das pessoas constituem um processo único”. Neste sentido, as pessoas que fazem parte da unidade familiar participam de diferentes momentos do processo produtivo, sendo que a organização do trabalho da família não é definida somente partir do ciclo das culturas, mas também a partir do gênero e da idade. Sobre o papel da agricultura familiar, as interlocutoras da pesquisa apontam a sua importância para a preservação da vida ao produzir alimentos e para a estabilidade econômica do grupo social. Já sobre o papel da mulher

na agricultora familiar, as entrevistadas destacam a importância de seu trabalho para a continuidade da agricultura familiar e seu protagonismo em atividades específicas como, por exemplo, horta, cuidado de pequenos animais e trabalho doméstico. Para compreendermos as atribuições das mulheres no Assentamento e como se estrutura a divisão do trabalho é importante separarmos os dois modelos de trabalho presentes no assentamento estudado, pois cada um deles apresenta suas particularidades em relação ao trabalho da mulher.

**O trabalho das mulheres do grupo individual:** As mulheres do modelo individual, assim como suas famílias, apresentam uma variedade de produtos comercializados e de culturas desenvolvidas. No geral, foi possível observar, durante a vivência no assentamento, que as mulheres do modelo individual, além das atividades dentro de casa, assumem responsabilidade nas seguintes atividades agrícolas: atividades manuais relacionadas ao trabalho agrícola, principalmente durante a fase de colheita dos produtos; atividades relativas ao processamento de produtos agrícolas, como a fabricação de produtos lácteos; cuidado de pequenos animais destinados ao consumo doméstico, incluindo a ordenha das vacas; preparo dos produtos para feira livre, além do atendimento na banca, conforme revezamento das famílias; responsabilidade pelos pequenos cultivos, especialmente os trabalhos com a horta. A atividade leiteira é uma das principais atividades desenvolvidas por estas famílias, sendo que os homens, na maioria das vezes, se responsabilizam pelo cuidado das pastagens para o rebanho e o manejo dos animais, já as mulheres na grande parte das ocasiões se responsabilizam pela retirada do leite. *“Quem mais trabalha na produção do leite são as mulheres”* é como uma agricultora descreve a divisão do trabalho nas famílias individuais do assentamento. Para Hernández (2010), no contexto da agricultura familiar, a produção de leite é vista como uma atividade importante pelo fato de ser uma fonte de alimento para a família, fornecendo uma renda mensal através da comercialização do que é considerado como excedente para o consumo familiar. Segundo Freitas (2007, p. 10), a divisão do trabalho “determinada histórica e culturalmente, não apenas destina os homens à esfera produtiva e as mulheres à esfera reprodutiva, como também atrela os primeiros às funções de maior valor social”. Essa ideia se baseia em dois princípios, o da separação, na qual existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres, e o da hierarquia, que faz os trabalhos de homens serem mais valorizados socialmente. Nesse sentido, Hernández (2010), quando analisa a atividade leiteira na agricultura familiar camponesa, mostra que as mulheres, geralmente, são as responsáveis pela ordenha, especialmente quando essa atividade é realizada de forma manual. Além disso, comenta que quando a atividade é realizada por ordenhadeira é comum a participação dos homens.

De acordo com as entrevistadas, a divisão atual do trabalho no interior das famílias é fruto da iniciativa das próprias mulheres, conforme relato de uma agricultora, pois ao longo do tempo as mulheres *“foram pra cima, pegaram as responsabilidades e tomaram peito, pois se esperassem pelos homens muitas coisas não aconteceriam.”* Expressando sobre as responsabilidades assumidas pelos homens no trabalho outra agricultora respondeu: *“Alguns homens são bem acomodados, a mulher tem que tomar a iniciativa de fazer o que tem que ser feito”*. Embora as mulheres reconheçam as atividades que exercem protagonismo no trabalho agrícola, ficou percebido que para aquelas do modelo individual, de um modo geral, o trabalho é assimilado como uma obrigação natural, onde as responsabilidades e a “chefia” de cada espaço de trabalho, “casa” e “lavoura”, são muito bem definidas (WOORTMANN, 1995). *“Sou a chefe apenas dentro de casa”*, assim descreve uma agricultora sobre as responsabilidades assumidas no trabalho familiar. As tarefas executadas pelas mulheres no âmbito da esfera produtiva só são contabilizadas como parte de um esforço coletivo, na maioria das vezes aparecendo como ajuda, como uma agricultora comenta: *“a mulher é o principal, mas escondida”*. Paulilo (2004) destaca que a invisibilidade do trabalho das mulheres rurais está na dificuldade de separar as atividades produtivas e não produtivas e, conseqüentemente, reconhecê-las, pois no campesinato é complexa a separação entre unidade familiar e de produção. Além disso, a

dificuldade de separar o trabalho produtivo do trabalho reprodutivo também está no fato da atividade agrícola e da vida familiar se desenrolarem no mesmo espaço social, em que as relações sociais do casal são ao mesmo tempo relações de cônjuges e de colaboradores. Outro aspecto percebido durante a vivência foi relativo às tomadas das decisões pelos homens das famílias do modelo de trabalho individual, que ficaram evidentes no processo de comercialização do leite para a cooperativa, pois é o homem que vai negociar e realizar a venda da produção. No entanto, em quase todas as famílias foi possível observar que o homem não negocia sem escutar a opinião de sua esposa sobre as negociações. Posteriormente, é o homem que terá acesso aos recursos financeiros oriundos das vendas para a cooperativa, sendo decidido em conjunto o que comprar com o valor adquirido. Além disso, foi possível notar que são os homens praticamente os únicos responsáveis pelos contatos com extensionistas, bancos, cooperativa e vendedores de insumos.

Em estudo sobre assentamentos rurais, Ferrante (1998, p. 274) afirma que “a participação das mulheres nas diferentes estratégias de formação de renda convive com a reprodução de desigualdades e exclusões no âmbito das decisões”. Para a autora, as responsabilidades de homens e mulheres não são tão rígidas em todos os momentos da vida dos assentamentos, pois em alguns momentos ocorre uma relativa cooperação entre homens e mulheres, como, por exemplo, nas definições de ações futuras do lote. Não foi possível observar um consenso entre as entrevistadas sobre o acesso aos recursos financeiros decorrentes das atividades que desempenham. Algumas mulheres, principalmente aquelas que participam da feira livre, apontam que são elas que administram os recursos oriundos da feira, porém, quando questionadas sobre os outros recursos oriundos do trabalho familiar, afirmam que os recursos do trabalho na lavoura são acessados apenas pelos homens. Nesses casos, se verificou que as mulheres não possuem uma renda fixa. Além disso, outra agricultora, já aposentada, afirma que sua aposentadoria é administrada em conjunto com seu esposo e outra entrevistada afirma nunca ter participado da gestão dos recursos financeiros em sua casa, ficando apenas para seu esposo essa atribuição. Foi possível verificar que a inserção das mulheres na feira livre tem contribuído para romper com a ideia de que a mulher está limitada à esfera privada, possibilitando a desconstrução do papel de mulher ajudante, uma vez que essa atividade tem grande protagonismo feminino, seja na produção dos produtos ou na comercialização. Além disso, as agricultoras destacam a troca de conversa com o consumidor como a principal motivação para realizar esta atividade, como descreve uma agricultora: *“a gente sai do nosso mundinho e começa a conhecer outras pessoas”*. Sobre conciliar o trabalho agrícola e o trabalho doméstico, as mulheres do modelo individual afirmam não sentirem muitas dificuldades, pois diferente do grupo coletivo, elas não precisam cumprir horários; porém algumas relatam não gostarem de realizar as atividades domésticas, remetendo que esta atividade é uma obrigação, algo já naturalizado em suas vidas, assim uma agricultora comenta: *“só faço porque tem que fazer”*. Já outra entrevistada relata que *“não tenho aquela neurose, mas gosto de manter as minhas coisas organizadas, não gosto de ver minha casa suja”*.

**O trabalho das mulheres do grupo coletivo:** Atualmente, a cooperativa conta treze famílias cooperadas, sendo que apenas sete mulheres trabalham de forma direta, as demais atuam apenas nas atividades domésticas no interior de suas casas. O trabalho é dividido a partir de equipes, sendo que as mulheres desempenham atividades, em sua maior parte, na equipe da usina do leite, na qual se responsabilizam, principalmente, pela pasteurização do leite, na equipe da ordenha e na equipe da horta. A responsabilidade do trabalho não é exclusiva a uma única equipe, pois uma mesma agricultora pode estar envolvida em atividades de mais de uma equipe. A cooperativa, em sua organização interna, possui um Conselho em que as decisões são tomadas para, posteriormente, serem decididas na Assembleia Geral, a qual é a instância superior da organização. A tomada das decisões se dá por meio de votações, com a participação de todas as famílias inseridas. A terra é usada de forma coletiva entre todas as famílias deste grupo e as decisões sobre o uso da terra são realizadas através de acordo coletivo entre as famílias. A

divisão dos valores entre os agricultores e agricultoras é realizada conforme a participação individual, para isso é utilizado um banco de horas que fixa o valor da hora, e o valor recebido por cada pessoa é correspondente ao número de horas trabalhadas (ARAÚJO, 2009). A organização em grupo coletivo modificou o trabalho e a representação tradicional de agricultura familiar, mas também modificou as formas como se estabelecem as relações hierárquicas, pois a família não assume o papel de unidade produtiva individual e nem o homem o seu no trabalho agrícola, já que na cooperativa a relação com a esposa não é como em casa. Entretanto, não quer dizer que os homens não façam parte do topo da hierarquia, pois são eles que assumem a chefia da produção, cuidam das atividades financeiras, além de realizarem as negociações. No que tange à representatividade das mulheres, no momento da pesquisa nenhuma delas ocupava função de liderança ou chefia na cooperativa. As interlocutoras, em suas falas, atribuem este fato à dificuldade de conciliar o trabalho doméstico e o cuidado dos filhos com as reuniões da cooperativa, porém todas relatam participar das assembleias. Sobre este fato, uma interlocutora resumiu: *“a mulher está no comando, mas ao mesmo tempo não está”*. O que parece levar as mulheres a não ocupar cargos representativos na cooperativa é a dupla jornada, conforme uma agricultora relata: *“umas querem mais e se livrar de muitas responsabilidades, pois já possuem a rotina de casa e dos filhos. Possuímos muitas mulheres com condições de líderes, mas elas não querem, eu também não quero”*.

Não foi só o fato de não ocuparem cargos representativos que transpareceu, mas também a posição subordinada destas mulheres no exercício de suas atividades e na tomada de decisões cotidianas, aquelas que não vão para apreciação em assembleia. Além disso, muitas vezes o trabalho destas mulheres na cooperativa representa uma extensão do trabalho que elas executam em suas residências, como por exemplo, a responsabilidade pelas atividades domésticas. Em alguns processos da fabricação dos produtos lácteos a mulher foi conduzida a fazer atividades desempenhadas por elas em seus lares, como tarefas tediosas, repetitivas e de limpeza. Dessa forma, a mulher entrou na vida pública através da cooperativa, mas não abandonou o espaço privado, pois ela ainda continua sendo a responsável pelo trabalho doméstico, o que leva à manutenção e reprodução das relações familiares já estabelecidas. Neste sentido, Ferrante (1998, p. 267), ao discutir os modos de vida de famílias assentadas, destaca a inserção das mulheres em espaços de discussão e de decisões políticas, em que evidencia que “[...] em reuniões e assembleias as mulheres se colocam próximas às portas, como se de fato estivessem prestes a sair de um espaço que não é o seu”. Como já exposto anteriormente, além das atividades na cooperativa, as mulheres também são as responsáveis pelos afazeres domésticos em suas casas. Igualmente ao grupo individual, as mulheres responsabilizam-se sozinhas pelo trabalho doméstico, na qual são auxiliadas, geralmente, por suas filhas. Na esfera doméstica, as mulheres possuem autonomia, tomando decisões relativas ao preparo dos alimentos, cuidados da casa e da roupa, orientação e educação dos filhos, assim como o controle dos recursos destinados ao consumo doméstico. Sobre conciliar o trabalho agrícola e o trabalho doméstico, as mulheres do modelo de trabalho coletivo mostram maiores dificuldades do que as inseridas no modelo individual. Assim, afirma uma interlocutora: *“Tem dias que é corrido, que eu acho que não vou conseguir fazer tudo, tem que fazer comida, limpar a casa, mas no fim a gente faz tudo”*.

Não é de se surpreender que algumas mulheres prefiram exercer as atividades da cooperativa, mesmo com a dureza do trabalho e de seu papel subalterno na mesma. Elas preferem exercer essa atividade ao trabalho doméstico, usando justificativas como: *“Em casa a gente faz porque tem que fazer”*. Este fato também pode ser explicado pela invisibilidade do trabalho doméstico e por esta atividade não gerar remuneração. Neste sentido, Tedeschi (2009, p. 158) expõe que “o trabalho doméstico da dona de casa, seu valor e esforço, sua contribuição ao bem estar social, não é reconhecido como trabalho e não se reveste, portanto, de prestígio social”. Tanto as mulheres do grupo coletivo como as do modelo individual se responsabilizam pelo quintal de suas casas, onde exercem o cuidado com a horta e com

pequenos cultivos para o consumo da própria família, além do trato com animais, especialmente aqueles de pequeno porte destinados ao consumo direto da família, como, por exemplo, galinhas. Porém, essas atividades, por não serem contabilizadas em valores monetários, não são percebidas para algumas mulheres entrevistadas como trabalho, já para outras é visto como trabalho, mas relatam não ser reconhecidos pelos demais membros da família como trabalho. Essa realidade contribui para fazer dessas atividades a extensão das tarefas domésticas. Outro aspecto analisado foi às condições de trabalho, podendo ser verificado que as mulheres do modelo de trabalho coletivo estão inseridas em condições mais desgastantes que as mulheres do modelo individual, visto que enfrentam rotinas de trabalho mais pesadas e menos flexíveis.

Elas apontam que *“sempre lutaram para fazer tudo que os homens fazem”*, inclusive as atividades que exigem maior força física. Nesse sentido, também se constatou que a cooperativa não possui programas ou ações para cuidar do bem-estar das agricultoras. Em relação à percepção sobre o reconhecimento do trabalho, uma agricultora relata: *“não posso dizer 100%, pois às vezes na Cooperativa tem pessoas que não reconhecem”*. Já outra entrevistada expõe: *“em casa sempre reclamam da comida feita ou acham que poderia ser feita alguma coisa de outro jeito”*. Neste contexto, o que percebemos é que a mulher não quer ocupar o espaço de autoridade na família destinado ao homem, mas deseja uma posição menos desigual, com o seu trabalho reconhecido e com o mesmo poder de decisão. As agricultoras comentam que nem sempre a divisão do trabalho é justa, pois as mulheres foram *“decidindo ocupar espaços de trabalho que eram realizados por homens”*. O papel que a família desempenha no sentido de reforçar a invisibilidade feminina representa um dilema para o reconhecimento do trabalho da mulher em atividades produtivas e domésticas. Fora da cooperativa, a mulher é reduzida à esfera doméstica, igualmente ao grupo individual, embora se reconheçam como agricultoras, será no interior da família que os papéis sociais de gênero serão constantemente estabelecidos e reestabelecidos. Assim, a tradicional distinção dos papéis para mulheres e homens e a construção social dos gêneros se sustentam numa rígida divisão do trabalho.

## CONCLUSÃO

Este trabalho, que teve como objetivo analisar as relações de gênero em um assentamento rural, localizado na região Sul do estado do Rio Grande do Sul, a partir do relato das agricultoras sobre o trabalho, permitiu conhecer a dura realidade na qual as mulheres estão inseridas, tendo seu trabalho inferiorizado ao mesmo tempo em que homens ocupam os espaços de poder e decisão. No que se refere ao reconhecimento do papel das mulheres na agricultura familiar, é preciso destacar que ainda falta maior entendimento e valorização por parte dos homens e da sociedade, de um modo geral, sobre o trabalho desempenhado pelas mulheres. Além disso, estas mulheres ainda não reconhecem como trabalho todas as atividades que desempenham, principalmente aquelas realizadas na esfera doméstica, e percebem ser ajudantes de seus esposos em outras atividades, especialmente naquelas ligadas ao trabalho agrícola. As mulheres inseridas nos dois modelos de trabalho reconhecem que muitas vezes são as que mais trabalham em uma determinada atividade, que estão inseridas em condições de trabalho mais desgastantes e que sentem dificuldades para conciliar o trabalho agrícola e o doméstico, alegando que ocuparam alguns espaços por iniciativas próprias. Neste sentido, foi possível perceber que os dois modelos de trabalho contribuem para sustentar desigualdades entre os homens e as mulheres, sendo sustentada a partir de uma naturalização da divisão do trabalho. Por fim, cabe apontar que a divisão do trabalho presente no local estudado impossibilita a participação feminina nos espaços de liderança, estabelecendo aos homens o poder das decisões, contribuindo para produzir sobrecarga e desvalorização do trabalho da mulher, além de contribuir com a manutenção da dominação masculina, perpassando vários campos e espaços sociais, cooperativa, família e feira livre.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, F. *A Luta Continua Depois De Conquistá-La Uma Visão Acerca Do Assentamento Conquista Da Liberdade*. Anais do XIX Encontro Nacional De Geografia Agrária, São Paulo. 2009.
- BRUMER, A. Mulher e Desenvolvimento Rural. In: PRESVELAV, Clio; ALMEIDA, Francesca R.; ALMEIDA, Joaquim Anécio. *Mulher, família e desenvolvimento rural*. Santa Maria: Editora da UFSM. 1996.
- ESMERALDO, G. *Mulheres da Via Campesina: ação política por novas formas de libertação*. Anais do VIII Seminário Internacional Desfazendo Gênero. Florianópolis. 2008.
- FERRANTE, V. Assentamentos rurais: espaços masculinos/femininos na construção de um novo modo de vida. In: ABRAMO, L.; e ABREU, A. (Orgs.) *Gênero e trabalho na sociologia latino-americana*. São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST. 1998.
- FREITAS, Tais Viudes; SILVEIRA, Maria Lúcia. *Trabalho, corpo e vida das mulheres: crítica a sociedade de mercado*. São Paulo: SOF. 2007.
- HEREDIA, B. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. *Revista Nera*, Vol. (9), Nº 8. jan./jun. 2006.
- HERNANDES, C. Reconhecimento e autonomia: o impacto do Pronaf-Mulher paraas mulheres agricultoras. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. (Org.). *Gênero e geração em contextos rurais*. Santa Catarina: Ed. Mulheres. 2010.
- KUNZLER, E. *Agroecologia e a transformações sociais no espaço rural: o caso do Assentamento Conquista da Liberdade, Piratini, RS*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Maria. 2009.
- PAULILO, M. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, jan./abr. 2004.
- SCHEFLER, M. *Temas transversais na agricultura familiar: pesquisa e método sob enfoque de gênero e gerações*. Anais do VIII Seminário Internacional Desfazendo Gênero. Florianópolis. 2008.
- SCHWEDLER, S. F. A participação da mulher na luta pela terra: dilemas e conquistas. In: FERNANDES, B.; MEDEIROS, L.; PAULILO, M. I. S. (organizadores). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. São Paulo: Editora UNESP – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. 2009.
- TEDESCHI, L. O uso da categoria gênero na história das mulheres camponesas: uma ferramenta necessária. In: MENEGAT, A.; TEDESCHI, A.; FARIAS, M. *Educação, relações de gênero e movimentos sociais: um diálogo necessário*. Dourados: UFGD. 2009.
- WEDIG, J.; MENASCHE, R. Práticas alimentares entre camponeses: expressão de relações familiares e de gênero. In: NEVES, D.; MEDEIROS, L. (Organ.) *Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos*. Niterói: Alternativa. 2013.
- WOORTMANN, E. *Herdeiros, parentes e compadres*. São Paulo: Hicitec. 1995.

\*\*\*\*\*